

Aprofundando as raízes da participação das crianças

Cath Larkins¹

Este artigo é dedicado à memória de Sophie Cathala Pradal, que, através de um diálogo transversal, de um intelecto e amor infalíveis, contribuiu para cada um dos trabalhos citados pela autora.

Foi com enorme prazer que participei, em janeiro de 2023, no Congreso Internacional Infancia Adolescencia y Juventud em Bilbao. Esta foi uma oportunidade rica para aprender com as experiências dos profissionais que trabalham neste campo em Espanha e noutros locais. Tive o privilégio de partilhar algumas coisas que aprendi com crianças, jovens e adultos, ao longo dos últimos trinta anos. Este artigo constrói-se a partir dessa apresentação para celebrar as raízes plantadas pela participação das crianças (como um campo de prática e de estudo) e para sugerir modos pelos quais elas poderão ser fortalecidas na Europa.

Escrevo a partir da Europa por ser o lugar onde a maior parte da minha prática académica se desenvolve, mas tenho consciência que diferentes aspetos dos nossos contextos de vida – como a guerra, as crescentes desigualdades que se tornam cada vez mais entrenchadas em diferentes infâncias interseccionadas, e degradações ambientais – são partilhados noutras partes do mundo. Também reconheço que o campo europeu da participação das crianças tem muito a aprender com as práticas do mundo maioritário. Nestes contextos desafiantes, e dadas as oportunidades de aprendermos uns com os outros, um foco no fortalecimento das raízes e da esperança parece ser oportuno e necessário.

As raízes emaranhadas que quem trabalha no campo da participação das crianças já tem, dizem respeito a valores, teorias e práticas – que foram compartilhadas por muitos participantes naquela conferência e, suspeito, por muitos dos leitores desta revista e pessoas com quem colaboramos. Estas raízes incluem compromissos para apoiar o ativismo infantil e as suas esperanças para os mundos presente e futuro, de colaborar com as crianças para identificar e exigir respeito pelos direitos que têm e deveriam ter e de resistir ao que Bourdieu designa violência simbólica (Bourdieu e Passeron, 1990). Ou seja, recusar-nos a aceitar a naturalidade ou inevitabilidade das distribuições desiguais de estatutos e recursos com base na idade ou outras distinções.

Neste artigo, e para fortalecer essas raízes e tentar corrigir algumas dessas desigualdades através de processos participativos mais inclusivos e de tomada de decisão pública, reflito sobre o meu próprio caminho e aquilo que já aprendi com outras pessoas neste campo. Nas últimas três décadas, tenho sido uma ativista dos direitos da criança, morando no País de Gales e na Catalunha francesa. Neste caminho, aprendi a importância de entender a natureza impregnada e sistémica da discriminação que algumas pessoas enfrentam, particularmente o anticiganismo; o valor das relações de confiança que podem ser construídas ao longo de gerações; a necessidade de partilhar espaço e tempo com as pessoas (e responder às suas preocupações prioritárias) para que estas relações se possam desenvolver; e que as coisas *podem* mudar quando os decisores públicos seniores demonstram o seu compromisso com a diversidade de pessoas nas comunidades que procuram servir e representar.

Em suma, como eu e outros escrevemos frequentemente, aprendi que os relacionamentos diretos criam diálogos emocionalmente empenhados e a copresença personificada, por meio dos quais se torna possível ver as coisas do ponto de vista de outra pessoa. Eu vi como o diálogo direto entre um grupo de jovens empenhados como jovens pesquisadores e um ministro do governo galês, informou posteriormente sobre mudanças nas políticas que afetam a habitação e a educação. Ouvi funcionários da Comissão Europeia reunidos com crianças e suas famílias, a saírem com novos entendimentos que parecem ter guiado futuros programas de financiamento. Em muitas das apresentações da conferência, reconheci exemplos desse tipo de escuta profunda, vontade em obter entendimento e mudar de posição, aquilo a que Yuval-Davies (1997) chama de diálogo transversal.

O campo da participação das crianças na Europa está agora a cultivar todo o tipo de árvores e rebentos. Mas podemos questionar-nos se parte daquilo que é designado de participação das crianças é uma espécie de árvore que reconheceríamos. Como confirma o recente mapeamento da UE sobre a participação das crianças em toda a Europa (Janta et al, 2021), a sua participação na tomada de decisões públicas assume muitas formas diferentes. Em pelo

¹ University of Central Lancashire.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2999-6916>
E-mail: clarkins@uclan.ac.uk

menos 12 países da Europa, uma parte delas inclui as perspectivas das crianças mais marginalizadas e, por vezes, pode ter impacto nas decisões dos governos locais e nacionais ou em diferentes organismos oficiais.

No meu trabalho recente com jovens pesquisadores experientes e crianças em três regiões de Inglaterra, as crianças escreveram recomendações com base na análise daquilo que encontraram e as suas ideias foram ouvidas por um comité (Larkins et al, 2021a). Quase todas as suas sugestões foram escritas em orientações nacionais sobre modos de trabalho com crianças em cuidados alternativos (NICE, 2021). A inclusão e o impacto são, portanto, possíveis. Mas, infelizmente, as evidências também apontam para o facto de continuarem a ser raros (Janta et al, 2021). Assim, alguns colegas enfatizam, com razão, a importância dos espaços quotidianos na participação das crianças (Horgan et al, 2017), uma vez que é através das interações diárias com outras pessoas de confiança que as desigualdades nas vidas das crianças podem ser mais prontamente abordadas.

Ainda que esse foco quotidiano seja vital, no resumo acessível do mapeamento da participação das crianças na Europa (Eurochild Children's Council et al, 2021), os participantes de Chipre e Portugal perguntaram:

“Como participarão as crianças que vivem em situações de pobreza? Crianças sem internet, ou vivendo com medo, ou em lares abusivos? A UE precisa ver como é que as crianças desses grupos vulneráveis serão incluídas nos mecanismos de participação”.
“Por que é que deveria participar... Eles não me ouvem”.

Se as crianças levantam estas questões, apesar do crescimento das oportunidades de participação quotidiana e convidada, precisamos de separar aquilo que é designado de participação das crianças, de modo a podermos identificar o que replicar, o que evitar e a desenvolver estratégias para superar os desafios.

Isto é oportuno porque há esforços ao nível europeu, como o manual do Conselho da Europa sobre a participação das crianças, os resultados do projeto Child Participation 4 Europe², a Recomendação de 2022 sobre a participação das crianças como base para a vida democrática e a nova plataforma online da União Europeia para a participação das crianças³.

Mas, se essas e outras iniciativas nacionais e locais semelhantes devem incluir as perspectivas de crianças marginalizadas, é útil fazermos uma pausa e considerarmos de que forma podemos separar exemplos atuais de participação das crianças para depois, irrigar e fertilizar as práticas inclusivas que mostram potencial para se tornarem impactantes. Nesta pausa, sugiro, portanto, que é útil aprender com as crianças e adultos comprometidos na prática participativa e com a teoria social e ofereço abordagens para separar a prática e os contextos da participação das crianças, pensando sobre cidadania, desafios, agência e tempo.

1. Cidadania

Ao analisar a participação das crianças desde a Covid-19 (Larkins e del Moral-Espín, 2022), descobri que é útil pensar em quatro formas de cidadania (Larkins, 2014). Primeiro, as crianças, como membros da família, alunos, trabalhadores e voluntários, fornecem formal e informalmente apoio na saúde, cuidados sociais e serviços essenciais. Por exemplo, durante a pandemia, elas levaram comida para a família e vizinhos, buscaram água, cultivaram alimentos, venderam alimentos na linha de frente do risco em lojas e mercados. Essas ações podem ser chamadas de cidadania social, contribuindo para o que pode ser concebido como o bem social. Segundo, algumas das maneiras pelas quais as crianças responderam à falta de algumas das necessidades mais básicas de nutrição, saúde e educação durante a pandemia podem ser consideradas como ações de cidadania neoliberal. Ou seja, as crianças (e as suas famílias), sem o apoio organizado pelo Estado, tiveram que depender das suas próprias ações e recursos para garantir os seus direitos. Assim como para todos os outros, essa cidadania neoliberal existia antes e continuou após a pandemia. Terceiro, alguns aspectos da participação das crianças durante a pandemia estão mais relacionados com as noções de cidadania política. Algumas crianças ajudaram a informar respostas coletivas às condições da Covid-19, compartilhando as suas ideias e conselhos por meio de organização, participação em consultas e envolvimento em ativismo. Em quarto lugar, algumas dessas atividades no âmbito dos protestos, e a resistência individual das crianças, podem ser vistas como atos de cidadania. Por exemplo, quando as crianças se recusaram a aceitar a proibição da sua presença em parques públicos ou fora das áreas guetificadas onde os serviços de saúde essenciais são escassos. Atos de cidadania são aquelas atividades que estão fora da norma do que é considerado político (seja porque são realizadas por crianças ou porque não correspondem a uma noção padrão do que é comportamento político) e que exigem padrões diferentes de justiça e distribuição de recursos (Larkins, 2014).

2. Desafios

Para analisar os desafios que a participação inclusiva e impactante de crianças marginalizadas enfrenta, baseio-me nas contribuições de colegas de toda a Europa que, por meio de um projeto chamado “Reaching In”⁴, têm identificado desafios e compartilhado estratégias para os superar.

² <https://www.coe.int/en/web/children/cp4europe>

³ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/rights-child/eu-childrens-participation-platform/about-eu-childrens-participation-platform_en

⁴ <https://www.eurochild.org/initiative/reaching-in-strengthening-marginalised-childrens-participation-in-decision-making/>

1. Estigma, discriminação estrutural e marginalização
2. Falta de relacionamentos de confiança
3. Informações/linguagem inacessíveis
4. Ausência de ambientes propícios – possíveis, seguros e que valham a pena
5. Prazos que não permitem que crianças em situações vulneráveis assumam a liderança
6. Barreiras para obter consentimento informado
7. Falta de conscientização sobre discriminação e direitos
8. Métodos eficazes, credíveis e criativos
9. Falta de transparência sobre o significado, limites e oportunidades da participação
10. Avaliação insuficiente em prazos mais longos
11. Falta de investimento na participação em resposta à pandemia

Podemos descrever as ações que tomamos em relação a esta lista não exaustiva de desafios como um fertilizante. E as crianças novamente deixaram claro algumas das ações que gostariam de ver (Conselho das Crianças Eurochild et al., 2021):

- Criar leis e planos nacionais que garantam que as ideias das crianças sejam incluídas nas decisões governamentais
- Apoiar e fortalecer oportunidades de participação das crianças
- Fazer com que os governos incluam as opiniões das crianças em todos os aspectos do seu trabalho
- Dar um retorno às crianças sobre o impacto das suas opiniões
- Incentivar decisores locais, nacionais e internacionais a usar o seu poder político para levar em conta as ideias das crianças
- Mudar as atitudes dos adultos em relação às crianças

Aqui vemos uma ênfase na responsabilização e na mudança dos quadros de referência, de modo que a suposição e a obrigação legal sejam de que as crianças sejam ouvidas e que medidas sejam tomadas em resposta às suas preocupações.

3. Agência

Mas, e se nos afastarmos da noção de que a participação das crianças se trata de expressar opiniões para outras pessoas, e que essas pessoas (adultos) decidem agir ou não? Será que podemos imaginar outras formas de agência?

Argumentei que as crianças expressam agência de quatro maneiras (Larkins, 2019).

Como indivíduos, as crianças refletem sobre as suas experiências e tomam decisões sobre os seus próprios objetivos, e escolhem assumir papéis (por exemplo, amigo ou ativista). Como indivíduos, as crianças expressam agência como seres individuais e atores sociais. Aqui podemos ver as crianças assumindo o papel de membros de um grupo de participação e exercendo influência como indivíduos, expressando suas opiniões e prioridades.

As crianças também expressam agência coletivamente, em grupos interseccionais, com outras crianças e com adultos. Essas formas de agência podem ser chamadas de primárias e corporativas. A agência primária envolve lidar com as oportunidades e dificuldades quotidianas decorrentes de viver em contextos relativamente mais ou menos desfavorecidos. Muitas crianças podem lidar com desigualdades baseadas na idade e, juntamente com os adultos, com desafios interseccionais relacionados a outros fatores (incluindo classe, raça, gênero, nacionalidade e deficiência). Agentes primários coletivos vivem e moldam circunstâncias por meio das suas ações, mas até certo ponto, com pouco controlo sobre as causas subjacentes das desigualdades que enfrentam. No entanto, ocasionalmente, as crianças podem dar passos em direção à agência corporativa. Ou seja, grupos de crianças podem organizar-se com outras pessoas (incluindo adultos), concordar com objetivos comuns e, juntos, acessar e usar recursos. Essa ação coletiva organizada é uma agência corporativa quando ajuda a afetar as condições que eles e outras crianças encontram. Este tipo de agência corporativa foi alcançado, em alguns casos, por alguns movimentos de trabalhadores?

Essa distinção é importante porque, na agência corporativa, as crianças não respondem às preocupações dos adultos, elas estão colaborativamente a definir agendas e a co-direcionar a ação.

4. Tempo

A agência corporativa é difícil de alcançar, mas é possível dar passos nesse sentido através da consciencialização do tempo. Aqui, o meu trabalho é influenciado por Freire, bem como pelo realismo crítico (ver Larkins, 2016). Aplicando estes entendimentos em colaboração com pessoas jovens (Larkins et al, 2021) e pares (Larkins, del Moral Espin e Stoeklin, 2023), defendemos a necessidade de um maior reconhecimento de que as condições com que as crianças se deparam estão enraizadas em diversas relações e processos que se estendem ao longo do tempo e do espaço. Para alguns pode parecer a constatação do óbvio, de que o que fazemos num lugar afecta mais tarde o que as crianças experimentam noutro lugar.

No entanto, as preocupações que as crianças levantam raramente são discutidas desta forma sensível ao tempo. Por exemplo, quando as crianças levantam preocupações sobre a falta de serviços de saúde mental, podem falar sobre sentimentos internos de perda ou negatividade. Podem também falar de relações e acontecimentos próximos, com os seus pares ou com a família, que exacerbaram esses sentimentos. A um nível mais geral, pode haver uma falta de serviços de saúde mental adaptados, o que, por sua vez, reflete as decisões políticas nacionais sobre as prioridades ao nível do gasto público. Nalguns processos de participação das crianças, este foco nos serviços e nas políticas é o ponto final das discussões.

Em contrapartida, uma abordagem sensível ao tempo para explorar as preocupações que as crianças levantam pode também encorajar-nos (crianças e adultos) a alargar o âmbito do nosso ativismo. Muitas vezes, as causas das atuais circunstâncias difíceis têm origem em decisões e ações passadas, na ação de pessoas num tempo anterior cujas ações conduziram a um determinado contexto material ou à aceitação de uma forma de pensar. Esta situação é mais evidente no caso das degradações ambientais e da injustiça climática, mas é igualmente aplicável à saúde mental. A saúde mental precária que algumas crianças têm atualmente pode estar relacionada com a reestruturação económica e as desigualdades sociais que se enraizaram décadas antes. As crianças podem não nomear diretamente estas causas profundas, mas permite-nos trabalhar para fora do espaço e para trás no tempo a partir das preocupações e soluções que as crianças nomeiam é vital se quisermos abordar com sucesso as preocupações que as crianças levantam e que surgem de injustiças a longo prazo.

5. Implicações para a investigação e outras práticas

Resumindo, chamo a atenção para estas quatro categorias de cidadania porque o reconhecimento das contribuições sociais quotidianas das crianças pode ajudar a desafiar as atitudes sobre a dependência e a incompetência das crianças e porque as formas mais radicais e diversas de comportamento das crianças, bem como as suas palavras, revelam algumas das maiores injustiças que enfrentam. Para apoiar as crianças neste ativismo, temos de evitar processos participativos que reforcem a cidadania neoliberal, uma vez que podem minar, em vez de contribuir para as soluções coletivas radicais que são necessárias para corrigir as injustiças intersetoriais que as crianças enfrentam.

Chamo a atenção para os desafios e algumas estratégias para os enfrentar, porque os mecanismos para garantir que as evidências e a inspiração das crianças resultem efetivamente em melhorias na prática continuam largamente ausentes. A aceitação dos pontos de vista das crianças tende a depender das tradições locais de participação infantil ou das culturas políticas específicas e da abertura dos decisores políticos (Larkins e del Moral-Espín, 2022). Mas, ao partilhar e aprender com as experiências uns dos outros, podemos pelo menos ser honestos sobre as barreiras à participação inclusiva e impactante das crianças na tomada de decisões públicas. Isto é importante, porque pode ajudar a enfatizar a necessidade de os decisores adultos criarem ambientes mais favoráveis – para mudar radicalmente os processos de tomada de decisões públicas, de modo a que seja possível ouvir as crianças e dar seguimento às suas ideias.

Destaco o conceito de agência corporativa porque este fornece um contrapeso à tendência neoliberal de responsabilizar as crianças por encontrarem ou trabalharem para encontrar soluções. É também um complemento à noção discursiva de participação como expressões individuais de voz das crianças que solicitam a ação de outros. Se quisermos mudar radicalmente o estatuto das crianças, elas precisam de mais do que espaço para expressar as suas preocupações. Em vez disso, podemos pedir que as crianças alcancem coletivamente influência suficiente para dirigir parte do que acontece no mundo, da mesma forma que alguns adultos já o fazem. Mais uma vez, este apelo para que as crianças deem passos em direção à agência corporativa, exigiria uma reestruturação radical da paisagem política para que a tomada de decisões públicas se torne mais inclusiva das populações marginalizadas de todas as idades.

E, finalmente, penso que podemos dar-nos permissão para superar a hesitação em nomear algumas das ligações entre as preocupações das crianças e os padrões duradouros de injustiça. Enquanto académicos e trabalhadores da participação, podemos estar preocupados com o facto de estarmos a influenciar indevidamente as crianças ou a forçar a agenda política. No trabalho inspirado por Freire, a ênfase é frequentemente colocada na compreensão de questões mais profundas através da ação. Quando o tempo para a ação e a reflexão é limitado em processos participativos de curto prazo, as opiniões expressas pelas crianças podem ser utilizadas como provas antes de terem tido tempo para as trabalhar e chegar a conclusões. As alternativas a este processo extractivo podem ser dar mais tempo para que as crianças tenham mais espaço para a acção, trabalhar a partir das preocupações das crianças para estabelecer as ligações críticas entre as suas experiências actuais e as causas das desigualdades profundas com que muitos de nós nos deparamos diariamente e formar colaborações intergeracionais para conseguir estas mudanças.⁵

Sei que algum deste trabalho já está em curso, muito dele fora da Europa, e aguardo com expectativa outras oportunidades de aprender com os colaboradores desta revista e com as outras arenas vitais de intercâmbio de práticas participativas e de diálogo transversal que estão a surgir

⁵ Por exemplo, www.CP4Europe.org e www.ucanmakechange2.org

6. Referências bibliográficas

- Bourdieu, P., Passeron, J.C. (1990). *Reproduction in education, society and culture*. London: Sage.
- Eurochild Children's Council, Larkins, C. and Munro J. (2021). *Children's participation in government decisions across the European Union* – (em linha). https://commission.europa.eu/system/files/2021-02/accessible_version_of_child_participation_report_final_10.02.2021_v0.3.pdf
- Horgan, D., Forde, C., Martin, S., e Parkes, A. (2017). Children's participation: Moving from the performative to the social. *Children's Geographies*, 15(3), 274-288.
- Janta B. et al (2021). *Study on Child Participation in EU Political and Democratic Life: Final Report*, (em linha). https://commission.europa.eu/content/study-child-participation_en accessed 9.5.23
- Larkins, C. (2016). Making the Critical Links: Strategies for Connecting Marginalised Children's Action Research with European Citizenship. *Social Work Review*, anul XV(2), (em linha) www.swreview.ro
- Larkins, C. (2019). Excursions as corporate agents: A critical realist account of children's agency. *Childhood*, 26(4), 414-429.
- Larkins, C. (2014). Enacting children's citizenship: developing understandings of how children enact themselves as citizens through actions and Acts of citizenship. *Childhood* 21(1) 7-21
- Larkins, C. Crook, D. Thomas, D. O'Riordan, Z. and Farrelly, N. (2021a). *Creating Our Lives: A participatory study commissioned by NICE to explore looked after children and young people's perspectives on outcomes and interventions*. NICE: Manchester (em linha). <https://www.nice.org.uk/guidance/ng205/evidence/supplement-2-creating-our-lives-a-participatory-study-commissioned-by-nice-to-explore-looked-after-children-and-young-peoples-perspectives-on-outcomes-and-interventions-pdf-9263086094> accessed 9.5.23
- Larkins, C., del Moral-Espin, L. (2022). Introduction and ii. Children's Experiences of the Pandemic Across Europe: Inequalities and the Potential of Participation. In: Turok-Squire, R. (eds) *Children's Experience, Participation, and Rights During COVID-19*. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-07099-0_3
- Larkins, C., del Moral-Espin, L., e Stoecklin, D. (2023). Understanding children's participation using the capability approach. In *A Handbook of Children and Young People's Participation* (pp. 230-236). Routledge: London.
- Larkins, C., Satchwell, C., Davidge, G., Carter, B. and Crook, D. (2021b). Working back to the future: strengthening radical social work with children and young people, and their perspectives on resilience, capabilities and overcoming adversity, *Critical and Radical Social Work*, 1-19, <https://doi.org/10.1332/204986020X16031172027478>
- Yuval-Davis, N. (1997). Women, citizenship and difference. *Feminist review*, 57(1), 4-27.